



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

EIXO I

Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos Movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres em suas diversidades e especificidades: desafios e propostas

1. Que o COMDIM, por meio da Coordenadoria da Mulher e ajuda da Pastoral Afro, realize um Projeto Piloto de Divulgação e Informação, com o objetivo de informar e orientar as mulheres das periferias e áreas mais distantes do Município, sobre a existência de serviços que garantem seus direitos de mulheres e cidadãs;
2. Que o COMDIM proponha em fóruns ou reuniões do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Resende (COMDIM) e em conjunto com as Organizações da Sociedade Civil, formas de incentivar e motivar que cada vez mais mulheres participem do COMDIM e de outros Conselhos de Direitos, espaços privilegiados de discussão e participação real nas Políticas Públicas;
3. Que o COMDIM realize nos CRAS reuniões/fóruns itinerantes com as comunidades locais e para que estas comecem a entender a importância de suas participações;
4. Fortalecer o COMDIM em sua missão de fiscalização junto aos órgãos formuladores de políticas para a mulher no município de Resende para que estes incentivem a realização de ações que alcancem as mulheres das populações rurais mais desassistidas do Município de Resende, por meio de equipamentos itinerantes de Busca Ativa contra a violência, do CRAS itinerante e de estratégias dos programas de Saúde da Família; e que esse alcance seja mais



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

eficiente, mais humanizado, de forma mais assídua, oferecendo informações e orientações que conquistem a confiança dessas populações;

5. Que o COMDIM e os Movimentos de Mulheres já atuantes sejam capazes de organizar as mulheres do campo para conscientização e participação em movimentos que reivindiquem seus direitos, atendendo a questão da representatividade;
6. Que o COMDIM e os Movimentos Sociais incentivem que os órgãos formuladores de políticas para mulheres invistam em medidas de segurança e proteção para as mulheres em toda a extensão da área rural de Resende.
7. Que o COMDIM e os Movimentos de Mulheres realizem ou indiquem a realização de palestras nas escolas públicas e privadas, para crianças, professores e conselhos de pais, para tratar da questão de gênero e combater a violência contra a mulher desde a educação infantil;
8. Que o COMDIM e os Movimentos de Mulheres promovam a semana de conscientização da não violência contra a mulher nas escolas públicas e privadas com atividades extra-curriculares, palestras e ações pedagógicas;
9. Que o COMDIM e os movimentos de mulheres, incentivem para que sejam formuladas, com urgência, políticas voltadas para homens autores de violência contra a mulher;
10. Que o COMDIM e os movimentos de mulheres, por meio da Coordenadoria da Mulher efetivem ações de busca ativa, em parceria com os programas de saúde da mulher (agentes comunitários de saúde e agentes de programas sociais), para promoção da saúde da mulher lésbica e seu atendimento humanizado na rede municipal de saúde;



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

11. Que o COMDIM e os movimentos sociais incentivem que os órgãos formuladores de políticas para mulheres de Resende criem linhas de cuidados para com os cuidados e a saúde da mulher idosa, considerando suas especificidades;
12. Que o COMDIM e os movimentos sociais incentivem que os órgãos formuladores de políticas para as mulheres de Resende criem grupos de reflexão que tratem da questão do empoderamento da mulher idosa e com deficiência;
13. Que o COMDIM e os movimentos sociais incentivem que os órgãos formuladores de políticas para mulheres invistam na criação de alternativas, nos períodos de férias escolares, para mães que possuem filhos nas creches e que estejam impossibilitadas de se ausentar de seus trabalhos nesses períodos;
14. Que o COMDIM e os movimentos sociais incentivem a implantação, no calendário oficial de comemorações, do dia 25 de julho, Dia Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha;
15. Que o COMDIM e os movimentos sociais incentivem que os órgãos formuladores de políticas para mulheres promovam e melhorem a acessibilidade da mulher com deficiência em todos os serviços de atendimento a esse segmento;
16. Que o COMDIM e os movimentos sociais incentivem/promovam a criação de cotas para a presença de mulheres nos espaços de gestão executiva no âmbito do Município;
17. Que o COMDIM e os movimentos sociais incentivem que os órgãos formuladores de políticas para mulheres criem serviços de atendimento e acompanhamento às mulheres que possuam parentes presos;
18. Que o COMDIM e os movimentos sociais proponham Fóruns Permanentes de discussão de políticas para mulheres no período noturno a fim de garantir adesão e participação das mulheres da



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

sociedade civil que trabalham em expediente comercial, impossibilitadas de se ausentar durante o mesmo; Que os movimentos sociais e o COMDIM promovam semestralmente curso de capacitação e atualização nas diversas questões de gênero e violência, voltado para as conselheiras e membros dos movimentos de mulheres da sociedade civil.

19. Que o COMDIM e os movimentos sociais promovam semestralmente cursos de capacitação e atualização nas diversas questões de gênero e violência, voltados para as conselheiras e membros dos movimentos de mulheres da sociedade civil.
20. Que o COMDIM e os movimentos sociais propõem a mudança da paridade na composição deste Conselho, passando a ser composto na proporção de três representantes da Sociedade Civil para cada representante governamental. Concluiu-se, em discussão nesta 4ª Conferência, que essa nova proporção fornecerá mais subsídios e novas idéias que enriquecerão os trabalhos de formulação das políticas públicas por parte dos órgãos governamentais. Observação : A nova proporção foi inspirada na proporção indicada pelo Governo Federal para a escolha dos delegados indicados para a Conferência Estadual.

EIXO 2



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

As Estruturas Institucionais e as Políticas Públicas desenvolvidas para mulheres no âmbito municipal de Resende: Desafios e Propostas

1. Incluir no calendário anual da Coordenadoria da Mulher o “Dia da Mulher Negra”, através de lei municipal, com ações voltadas para estas mulheres em conjunto com o NIAM ;
2. Criar ações de empreendedorismo dentro das Políticas Públicas para as Mulheres;
3. Fortalecer grupos de mulheres nos CRAS, com registro no Sistema do MDS e repasse de verba, por meio de subsídios, elevação à política prioritária e capacitação dos técnicos, tendo em vista o fortalecimento desse grupo, e com foco nas especificidades do território;
4. Inserir o debate de gênero nas escolas de forma prioritária e urgente, fomentando capacitação e suporte com familiares e profissionais;
5. Realizar Fóruns de debates nas comunidades, incentivando e motivando a participação masculina, esclarecendo sobre a violência contra a mulher, orientando sobre a Lei Maria da Penha e divulgando os atendimentos oferecidos pelo NIAM, e demais serviços sócio-assistenciais dos CRAS;
6. Criar grupos de homens autores de violência doméstica e de gênero, abordando com eles os temas das causas da violência.
7. Ampliar a oferta de outros tipos de cursos para mulheres, nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS – que sejam



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

diferentes daqueles exclusivamente voltados para o universo feminino;

8. Criar estratégias de interação entre a rede de serviços nos casos em que o acompanhamento familiar deva ser realizado em conjunto, quando envolve questões de gênero;
9. Realizar reuniões e fóruns itinerantes da Coordenadoria da Mulher, NIAM e CONDIM, além de Fóruns permanentes de políticas para mulheres como forma de divulgar as políticas para mulheres e estimular a participação da sociedade;
10. Estimular a criação de legislação que garanta que as mulheres tenham que ser remuneradas igual ao homem quando na mesma categoria, garantindo assim seus direitos trabalhistas, lembrando que muitas vezes as mulheres acumulam funções e não recebem por isso.
11. Estimular a implantação de delegacia especializada de atendimento à mulher DEAM ou NUAM, em Resende, com garantia de qualificação permanente;
12. Implantar campanhas informativas e de prevenção dos crimes cibernéticos em respeito à privacidade, intimidade e imagem das mulheres.
13. Realizar capacitação nos diversos serviços da atenção básica para acolhimento e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência doméstica.
14. Fortalecer a criação de um abrigo regional para acolher mulheres vítimas de violência e seus filhos que atenda a região do Médio Paraíba.



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

15. Estimular a criação de uma lei municipal que garanta a parada da passageira fora do ponto de ônibus a partir das 20 horas, tanto na entrada quanto na saída.
16. Criar grupos de atenção e ações voltadas para a questão da sexualidade da mulher com deficiência.
17. Criação de um núcleo itinerante multiprofissional especializado para os atendimentos das mulheres residentes na área rural.
18. Baseando-se nas propostas finais desta 4ª. Conferência, elaborar um Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, com recortes de gênero, raça, faixas etárias, deficiências, enfim, garantindo a abrangência de todas as especificidades e singularidades das mulheres.
19. Estimular a criação de uma Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres no município de Resende, recomendando que os cargos de gestão executiva sejam ocupados por mulheres comprometidas e com participação efetiva no movimento de proteção e defesa dos direitos e políticas das mulheres.
20. No atual momento, o Município trabalha as Políticas para as Mulheres por meio de sua Coordenadoria da Mulher e do Núcleo Integrado de Atendimento a Mulher (NIAM), ambos ocupando o mesmo espaço físico. Cabe ressaltar que o referido espaço não é compatível com as necessidades dos serviços prestados. São necessárias e urgentes reformulações que contemplem duas salas individuais para atendimento psicológico (só há uma), duas salas para atendimento social (só há uma), uma sala ampla para reunião de grupos (não há sala), e espaços administrativo, de acolhimento e recepção (hoje só existe um espaço para estas três funções, o que



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

impede uma recepção mais sigilosa e humanizada). Recomenda-se ações urgentes do Município no sentido de proporcionar mudanças e reformulações destes espaços.

21. Embora o NIAM já tenha recebido recurso federal por meio de convênios para aquisição de 2 (dois) veículos (2008 e 2011), no momento estes não estão atendendo ao serviço. Toda necessidade de serviço externo está sendo realizado de forma precária pelo único veículo da Coordenadoria da Mulher. Recomenda-se ações urgentes do Município no sentido de sanar esta questão.

EIXO 3

Políticas para Mulheres

Tema: Mais direitos, participação e poder para as mulheres

11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

Sistema Político com Participação das Mulheres em Igualdade : Desafios e Propostas_

1. Que os partidos políticos promovam, de forma supra e interpartidária, a criação de uma Comissão ou Fórum permanente com as mulheres dos partidos, para monitoramento e análise da legislação e dos projetos de lei relacionados aos direitos da mulher e às questões de gênero.
2. Que os partidos políticos estimulem programas de formação e qualificação (seminários / cursos / palestras...) continuadas, para lideranças femininas do Município, com destaque às mulheres filiadas em partidos políticos.
3. Que os partidos políticos também participem da elaboração de um Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres com recorte de gênero e raça.
4. Que os partidos políticos criem campanhas e mobilizações para o avanço na Reforma Política para superação da sub-representação de mulheres nos espaços de poder e decisão e pelo fim do financiamento de empresas nas campanhas eleitorais.
5. Que os partidos políticos reivindiquem a garantia de recursos financeiros junto ao governo municipal para participação efetiva das mulheres e em especial a representação das mulheres negras de Resende na *Marcha Nacional das Mulheres Negras 2015*, com o tema: *Contra o Racismo, Sexismo e pelo Bem Viver*, que se realizará em 18 de novembro de 2015 – Brasília/DF.



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

6. Que os partidos políticos possam aprofundar as políticas e ações afirmativas no Município, com destaque para as mulheres negras e pela efetivação do Estatuto da Igualdade Racial;
7. Que os partidos políticos observem a necessidade de criação de lei municipal, para o fim das revistas vexatórias em presídios e agressões sumárias às mulheres em casas de detenções, tendo em vista a futura implantação de um novo espaço de detenção no Município.
8. Que os partidos políticos criem campanhas pelo fim do racismo e sexismo produzidos na mídia e redes sociais, as quais vêm sistematicamente promovendo a violência simbólica e incentivando a violência física e psicológica contra as mulheres.
9. Que os partidos políticos incentivem a participação de mulheres ciganas e do campo, no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Resende.
10. Que os partidos políticos fomentem a participação das mulheres da sociedade civil em curso aberto nas comunidades do município de Resende para formação política, porém sem conotação partidária;
11. Que os partidos políticos efetuem os registros no Cartório Eleitoral. Recomenda-se que a proporção de mulheres seja de 50% no quadro de membros efetivos, tanto na Executiva quanto no Diretório.
12. Que os partidos políticos considerem que, em seu número total de candidatas, 50% sejam candidatas mulheres e que estas tenham a certeza da obrigatoriedade de obterem uma razoabilidade numérica de votos.



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

13. Que os partidos políticos, em suas decisões partidárias assinadas por seus membros efetivos, contenham pelo menos 50% de assinaturas de mulheres.
14. Que os partidos políticos busquem sempre obter a paridade nos cargos executivos públicos;
15. Que os partidos políticos estimulem o debate sobre as melhores formas de se obter recursos necessários às campanhas das candidatas mulheres, para que estas se tornem competitivas e com reais chances de serem eleitas;
16. Que os partidos políticos promovam medidas afirmativas que aprimorem o sistema eleitoral;
17. Que os partidos políticos promovam a criação de grupos temáticos de debates para o aprofundamento de determinados temas que tenham relevância para a mulher, em cada momento de sua atualidade, tais como : 1) formas de se trabalhar gêneros nas escolas, trabalhando este tema de forma transversal dentro do currículo; 2) a ampliação do número de creches para que mais mães possam entrar no mercado de trabalho; 3) a maior participação das mulheres nas políticas públicas; 4) o entendimento mais aprofundado da Lei Maria da Penha como instrumento de defesa da mulher e para uma divulgação da mesma com mais qualidade; 4) a desmistificação do machismo ainda muito arraigado em nossa sociedade;
18. Que os partidos políticos estimulem a criação da Semana de Campanha da Mulher, dentro das escolas, para que sejam discutidas as questões que envolvam a mulher e o papel desta na sociedade;



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

19. Que os partidos políticos promovam um movimento suprapartidário com o objetivo de se criar um curso aberto de formação política para as mulheres integrantes de partidos;
20. Que os partidos políticos promovam os seguintes debates: 1) sobre mudança na lei, ampliando de 10% para no mínimo 30% o número de mulheres no poder legislativo; e 2) sobre a criação de uma Lei que garanta um mínimo de 30% de mulheres em cargos de primeiro escalão (secretariado municipal);
21. Que os partidos políticos proponham a criação da Semana de Conscientização da Participação das Mulheres na Política;
22. Que os partidos políticos debatam temas na área da Educação tais como : 1) a qualificação profissional das mulheres de acordo com as políticas de desenvolvimento, criando novas formas de geração de renda para as mesmas; 2) criação de programas específicos de formação técnica para mulheres que contemplem paralelamente espaços para receberem suas crianças, com recriadoras qualificadas para acolhimento e cuidados das mesmas;
23. Que os partidos políticos debatam temas na área de Saúde tais como: 1) avanços nas políticas de implantação de exames complementares como densitometria óssea, mamografias, ultrassonografias etc.; 2) intensificação de campanhas de conscientização em relação aos cuidados necessários à saúde da mulher;

EIXO 4



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

Recomendações e Propostas para a construção de um Sistema Nacional de Política para Mulheres

1. Recomendar que a criação do SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES seja garantido e efetivamente implantado como uma Política de Estado.
2. Recomendar a criação de SECRETARIAS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES . Esta recomendação se justifica uma vez que estes órgãos serão os responsáveis por implementar e administrar um SISTEMA de diretrizes NACIONAIS de políticas e ações voltadas para a mulher bem como administrar um Fundo Municipal de recursos financeiros que dará suporte a toda esta operacionalização.
3. Assegurar a formulação de um PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, renovado e baseado sempre no Relatório Final da última Conferência.
4. Recomendar a criação de PLANOS DE AÇÃO periódicos para cada município, sempre articulados ao PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES vigente.
5. Garantir aos organismos municipais de Políticas Públicas para as Mulheres (sejam Secretarias, Sub-Secretarias, Superintendências ou Coordenadorias da Mulher) a OCUPAÇÃO NOS ESPAÇOS DE



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

PODER de forma a se trabalhar uma integração sistemática e periódica. Recomenda-se a participação destes organismos em reuniões – tanto as ampliadas (semanais de Secretários com o Prefeito) quanto reuniões convocadas sistematicamente e individualmente com Secretários, Vereadores, outros parlamentares e órgãos da Segurança Pública para tratar de questões específicas.

6. Recomendar a criação e implementação de uma DEAM ou NUAM, dependendo do tamanho do município, garantindo atendimento humanizado à mulher dentro dos parâmetros definidos pelo SISTEMA NACIONAL para este fim.
7. Garantir, nas Delegacias, através de capacitação continuada, o tratamento humanizado para as mulheres vítimas de violências. Atualmente, o desrespeito nos atendimentos oferecidos neste local tem gerado mais uma violação de direitos – a violência institucional.
8. Recomendar a criação, nos Municípios, de um FÓRUM PERMANENTE DE POLÍTICAS PARA MULHERES com ênfase nas discussões de gênero, convocado pelos organismos locais de Políticas para Mulheres e pelo COMDIM. Exemplo de Temas: Revisão dos pactos de atendimentos humanizados em todas as áreas da transversalidade como Delegacia, Segurança, Saúde, Educação; Índices de condutas de atendimentos desrespeitosos às mulheres ; Revisão dos Planos de Ação Periódicos ; Inclusão e Patriarcalismo; Poder versus Empoderamento ; entre outros.



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

9. Recomendar para os municípios, a criação e formalização de um NÚCLEO DE PESQUISAS DE GÊNERO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA (NEPREV) – garantindo recorte de raça/etnia, faixa etária, deficiência e orientação sexual – em todos os organismos de gestão que trabalhem diretamente com as Políticas para Mulheres.
10. Garantir a construção e a manutenção de um Sistema de Informação com cadastramento e mapeamento de todos os serviços (governamentais e não governamentais) onde transitam usuárias mulheres, com a finalidade de oferecer estatísticas mais confiáveis.
11. Garantir uma Sistematização de Dados (Banco de Dados) em Dossiês anuais mais completos (com abrangências Nacional, Estaduais e Municipais) sobre todos os tipos de violências ocorridos e registrados, para estudos, tomadas de decisão e ações pertinentes. Recomendamos auto declaração nos quesitos: cor, deficiência e orientação sexual nas fichas/prontuários de atendimento na rede sócio-assistencial.
12. Trabalhar os dados estatísticos dos mapeamentos, criando mecanismos e estratégias de articulação entre os Serviços, fortalecendo os atendimentos e demais ações em cumprimento aos parâmetros do SISTEMA NACIONAL. Incluir nessas estatísticas os índices de condutas de atendimentos desrespeitosos às mulheres, seja



11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

em organismos governamentais ou mesmo em quaisquer outros locais por onde transitam mulheres.

13. Garantir que sempre cheguem aos organismos de Políticas para Mulheres os dados oriundos das Fichas de Notificação Compulsórias que devem ser preenchidas pelos Hospitais e outros órgãos de atendimentos de Emergências.
14. Garantir capacitação continuada a todos os profissionais que atuem diretamente e em transversalidade nas Políticas para as Mulheres – entidades governamentais e não governamentais – de acordo com os parâmetros do SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.
15. Assegurar que as profissionais que trabalham diretamente nas Políticas para as Mulheres sejam capacitadas e possuam perfil profissional e emocional condizentes com esta função.
16. Garantir cursos de formação e capacitação de Promotoras Legais a fim de que se construa bons times de lideranças comunitárias.
17. Garantir a discussão de gênero nas universidades por meio da inclusão desse tema como conteúdo obrigatório em disciplinas de diversos cursos.

Políticas para Mulheres

Tema: Mais direitos, participação e poder para as mulheres

11 de Setembro

8 às 18h | Casa da Amizade

18. Promover discussão de gênero e violência contra a mulher em transversalidade com todas as instâncias das Secretarias de Educação, garantindo capacitação continuada dos professores com o objetivo de que estes temas sejam trabalhados na educação formal. Esta ação propiciará um enfrentamento às constantes práticas discriminativas que vêm sendo percebidas desde as primeiras séries do ensino fundamental.

19. Garantir na Política Nacional para Mulheres a articulação da empregabilidade por meio de Banco de Dados das Políticas Públicas de Emprego e Renda, bem como a garantia de vagas em creches para os filhos das mulheres que trabalham fora de seus ambientes domésticos.